

Nação, modernidade e desenvolvimento no debate intelectual brasileiro ao longo da primeira metade do século XX

Maria Emilia Prado
Prof^a Titular de História do Brasil
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

A questão nacional em seus múltiplos aspectos constituiu-se num dos temas mais recorrentes no debate intelectual brasileiro¹. Definir o que somos, o que queremos ser, o que devemos ser foram temas que se fizeram presentes, de modo constante, desde a segunda metade do século XIX. Que rumos o Brasil deveria tomar? A nós estava reservado o destino de sermos cópia do modelo liberal democrático? Adotar que modelo histórico? Olhar para a França, Inglaterra ou para os Estados Unidos? Que fatores impediam a mudança? Até onde seria possível ou desejável transmutar nossas características próprias de modo a nos tornarmos aptos a adotar modelos? O debate situava-se, portanto, entre os que buscavam acentuar as características endógenas da sociedade e da cultura brasileira e os que recusavam a identidade em nome da supremacia do modelo liberal anglo-saxão. Em comum havia, sem dúvida, a convicção de que o Brasil fazia parte do mundo moderno e devia, cada vez mais, buscar sua inserção na modernidade. Dessa forma, o progresso e o desenvolvimento precisavam ser cada vez mais objeto de conquista.

Os intelectuais favoráveis à introdução de mudanças destinadas a tornar viável a adoção do modelo anglo-saxão dividiam-se sobre as razões que dificultavam ao Brasil adotar esse modelo. Nesse sentido, houve os que buscaram na sociedade que se construiu ao longo de trezentos anos, ou no Estado fundado em 1822, as dificuldades do Brasil em romper com a tradição e adotar medidas capazes de tornar o país apto a seguir o modelo anglo-saxão. É possível encontrar, porém, análises que responsabilizavam as elites políticas que estavam à frente da direção do Estado. Outros creditavam ao povo,

¹ Para esse debate ver, por exemplo: Lúcia Lippi Oliveira. *A questão nacional na Primeira República*; Elide Rugai Bastos, Marcelo Ridenti e Denis Roland (orgs.) *Intelectuais, sociedade e política*; Ricardo Antunes, Vera Ferrante e Reginaldo Moraes (orgs.) *Inteligência brasileira*. Lourenço Dantas Mota. *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*, 2 v.; Silviano Santiago (org). *Intérpretes do Brasil*; Francisco Weffort. *Formação do pensamento político brasileiro*. Wanderley Guilherme dos Santos. “Paradigma e história: a ordem social na imaginação social brasileira” in *Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro (1870-1965)*.

mediante utilização do conceito de raça então em voga, a responsabilidade pelo atraso e pela incapacidade de o Brasil se tornar uma nação moderna nos moldes da Inglaterra, Estados Unidos ou França. Um certo número de intelectuais voltou-se para a herança ibérica e procurou encontrar em seus vestígios os fatores impeditivos.

Havia, porém, inúmeros intelectuais cuja preocupação era identificar as características políticas e culturais brasileiras de modo a valorizá-las. Os que ressaltavam a identidade nacional buscaram fazer a reafirmação da herança ibérica, indicando ser imprescindível ao Brasil construir um caminho próprio para a modernidade e este precisava ser construído levando-se em consideração os traços ibéricos. De modo algum havia entre esses intelectuais a negação da modernidade, mas, sim a afirmação da existência, dentro da modernidade, de uma outra vertente, diversa daquela vigente no mundo anglo-saxão ou na França. Nesse sentido, tratava-se de afirmar a tradição, mas sem torná-la obstáculo à mudança e/ou ao progresso – noção usual desde o final do século XIX – ou ao desenvolvimento, noção mais própria ao século XX.

O papel da herança ibérica na construção da identidade brasileira, os obstáculos para a adoção do modelo anglo-saxão, a reafirmação da importância dessa herança ou sua condenação, passaram, a partir do final do século XIX, a merecer cada vez mais atenção dos intelectuais. Nesse particular, cabe destacar a obra seminal de Tavares Bastos, *Os males do passado e as esperanças do futuro*, publicada no já distante decênio de 1870. O autor se mostrava bastante crítico diante do passado colonial brasileiro, especialmente no tocante ao papel desempenhado pela colonização portuguesa. Bastos alertava para o peso do absolutismo e o fato de que a centralização estatal impedia o surgimento de uma sociedade moderna:

Se alguma coisa explica o embrutecimento do Brasil até o começo do século presente, a geral depravação e bárbara aspereza de seus costumes, e, portanto a ausência do que se chama espírito público e atividade empreendedora, é de certo o sistema colonial. Não recai sobre Portugal somente esse crime de ignorância e egoísmo; mas, é inegável que, em parte alguma, foi o regime observado com mais severidade e mais solícita avareza do que na metrópole.²

² Tavares Bastos, *Os males do presente e as esperanças do futuro*, p.32.

Da última década do século XIX até os anos de 1930, um conjunto de leituras e reflexões centrou-se nos temas da herança ibérica, tradição e agrarismo como explicações plausíveis para o não estabelecimento do progresso e o ingresso definitivo do Brasil no rol dos países civilizados. Das interpretações literárias feitas por Raul Pompéia e Luís Edmundo às análises de Manoel Bomfim, Paulo Prado, Sérgio Buarque de Holanda³ e Caio Prado Jr.⁴, inúmeros foram os intelectuais que se debruçaram sobre a temática do rompimento com a tradição. Em terreno contrário, numa reafirmação da tradição, enaltecendo a cultura brasileira e valorizando o papel exercido pelo colonizador português e uma leitura positiva dos traços herdados da colonização, encontramos desde a obra seminal de Varnhagem, *História Geral do Brasil* – em cinco volumes, publicada entre 1854 e 1857 sob o patrocínio do imperador Pedro II – ao texto de Eduardo Prado, *A ilusão americana*, publicado logo após a proclamação da República. Crítico da adoção da forma republicana de governo e dos Estados Unidos como modelo, ao fazer a defesa da monarquia constitucional, Prado valorizava o passado e a tradição. Essa mesma linha teria continuidade ao longo das décadas de 1920 e 1930 e nela cabe destacar as interpretações de Gilberto Freyre e Oliveira Vianna.

O debate sobre o progresso e a modernidade

Os novos ventos que por aqui sopravam a partir da década de 1870, vinculavam – de modo bastante estreito, ainda que não exclusivo – o progresso à República, tida como sinônimo de liberdade para as províncias, para o processo eleitoral (porque ficaria livre do Poder Moderador) e para a entrada de novos atores, provenientes de outros segmentos sociais, na arena política.

O “bando de idéias novas”, denominação dada por Sílvio Romero, inundou o Império, dando início à renovação. No Nordeste, surgiu a denominada Escola do Recife⁵, cujas figuras principais eram o próprio Sílvio Romero e Tobias Barreto. Não estava mais em jogo a “fundação” de um país, mas sim a sua transformação, de modo que pudesse acompanhar as inovações do tempo, ou seja, as mudanças técnicas,

³ Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 4ª ed.

⁴ Caio Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, 16ª ed.

⁵ Sobre a Escola do Recife, ver Antonio Paim, *A filosofia da Escola do Recife*.

políticas e espirituais porque passavam a Europa e os Estados Unidos, seus pontos de referência.

Mais para o final do século XIX, com a queda da monarquia e o advento da República, ganharam força as propostas que apontavam na direção da mudança, imprescindível para que o progresso se estabelecesse. Por seu turno, o impasse intelectual permanecia. Havia cada vez mais interesse em se entender a sociedade, a cultura e a política brasileiras.

A defesa da especificidade nacional encontrou sua melhor expressão nesse final de século XIX na obra, já mencionada, de Eduardo Prado *A ilusão americana*⁶, e na do conde de Afonso Celso, *Porque me ufano de meu país*⁷. Em ambas encontramos o enaltecimento da riqueza cultural do Brasil e, mais especificamente em Prado, a advertência de que o Brasil não devia inspirar-se no modelo anglo-saxão, especialmente em sua vertente norte-americana. Essa mesma preocupação está presente em uma das obras de Amaro Cavalcanti⁸, na qual ele alertava para o fato de que, em virtude do passado colonial e das raízes ibéricas, era praticamente impossível ao Brasil adotar o modelo de república federativa vigente nos Estados Unidos.

O autor que nas primeiras décadas do século XX tratou de modo mais sistemático o papel desempenhado pela colonização ibérica na construção da identidade cultural da América Latina foi, sem dúvida, Manoel Bomfim. Sua vasta obra permaneceu durante longos anos praticamente desconhecida na linhagem do pensamento social brasileiro. Escrevendo ininterruptamente entre 1905, ano de publicação de *América Latina: males de origem*, até 1931, ano em que lançou *O Brasil Nação*, Bomfim preocupou-se, incessantemente, com as questões pertinentes à modernização e à integração nacional do Brasil e da América Latina. Entender o papel exercido pela colonização do ponto de vista cultural foi parte importante de sua obra.

Atendendo à solicitação de um jornal de Paris, cidade onde residia à época, para que desse uma entrevista esclarecendo os problemas gerais com que a América Latina se defrontava, Bomfim foi levado a avaliar a extensão e a complexidade do assunto sobre o qual lhe pediam opinião. O resultado foi apresentado na já citada *América*

⁶ Eduardo Prado, *A ilusão americana*. A primeira edição, datada de 1893, foi apreendida pelo governo republicano.

⁷ Afonso Celso, *Porque me ufano de meu país*. A primeira edição é de 1901.

⁸ Amaro Cavalcanti, *Regime federativo e a República brasileira* (1ª ed. 1889).

Latina: males de origem, na qual afirmou, de modo corajoso, seu nacionalismo. Nessa obra, de traços bastante peculiares, Manoel Bomfim empreende uma análise cujo teor o distancia, em muitos aspectos, daquelas efetuadas por seus contemporâneos. Ele não estava preocupado em oferecer diagnósticos da realidade brasileira para, a partir deles, indicar um receituário capaz de remediar um ou outro mal. Sua proposta era buscar as origens dos problemas que afligiam o Brasil e a América Latina e que seriam os responsáveis pelo impasse sócio-político em que vivia essa região.

Voltando-se para os países colonizadores, Bomfim identificava neles os mesmos males que afetavam os países da América Latina, o mesmo atraso, “uma geral desorientação, um certo desânimo, falta de atividade social, mal-estar em todas as classes, irritação constante e sobretudo uma fraqueza”⁹. Seria, portanto, na trajetória histórica da Península Ibérica que Manoel Bomfim procuraria encontrar as razões da incapacidade latino-americana de compreender o sentido da modernidade. Estariam no modo pelo qual os países ibéricos se constituíram as razões para uma determinada prática de colonização que por aqui deitou raízes.

Tempo rico em interpretações, os decênios de 1920 e 1930 foram o cenário onde atuaram Paulo Prado, Sérgio Buarque de Holanda, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Monteiro Lobato, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e tantos outros estudiosos preocupados em compreender e interpretar o Brasil. Permanecia, porém, o impasse entre a defesa da tradição e da identidade e a crítica a essa tradição como sendo impeditiva do progresso.

Na linha do impedimento há que se destacar o trabalho até recentemente esquecido de Paulo Prado, *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*. Nascido em São Paulo em 1869, Paulo Prado era o primogênito do conselheiro Antônio Prado, chefe do Partido Conservador em São Paulo, um dos mais importantes fazendeiros de café do estado e que seria o responsável pela fundação, em 1887, da casa Prado, Chaves & Cia, que viria a se tornar a maior empresa exportadora de café do país. Formado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, Paulo Prado não chegou a exercer a profissão Pouco depois de formado, com o advento da República, estabeleceu-se em Paris na casa do tio Eduardo Prado.¹⁰ Em 1897 retornou ao Brasil, atendendo à solicitação de seu pai para exercer as funções de gerente na firma da

⁹ *Ibidem*, p. 54.

¹⁰ Eduardo Prado foi o autor do mais contundente libelo contra o modelo norte-americano.

família. A partir de então, sua atividade profissional foi toda dirigida para o trabalho nessa empresa, na qual ocupou diversos cargos de direção.

Escrita por um integrante da elite política, social e intelectual do país, *Retrato do Brasil* apresentava-se como uma leitura extremamente crítica e pessimista da sociedade brasileira. A obra foi recebida de modo extremamente negativo. O ambiente intelectual lhe foi extremamente hostil. Mas a crítica mais veemente partiu do amigo e companheiro de longas jornadas, Oswald de Andrade. A amizade entre os dois chegou mesmo a se romper em razão das duras palavras proferidas por Oswald. O retrato pessimista do Brasil traçado por Paulo Prado era mais uma tentativa de entender as razões do nosso atraso diante das nações civilizadas que ele conhecia tão bem.

Prado começa seu livro discorrendo sobre a natureza dos colonizadores que para aqui vieram, constituídos por “degredados que abandonavam nas costas as primeiras frotas exploradas, ou náufragos, ou gente mais ousada desertando das naus, atraída pela fascinação das aventuras”¹¹. O tema da aventura já fora levantado por Manoel Bomfim e seria uma vez mais retomado por Sérgio Buarque de Holanda¹². A busca pelo Eldorado representado pelas minas de ouro e prata só fazia atizar ainda mais esse espírito aventureiro, enfim concretizado com a descoberta de ouro no século XVIII nas Minas Gerais que, na visão de Paulo Prado, tanto empobreceram o Brasil. O retrato da colonização que surgia da sua pena era extremamente crítico para com a metrópole e o colonizador. Referindo-se à administração metropolitana, sobretudo a local, ele afirmava: “Os funcionários superiores, por um abuso tolerado, monopolizavam quase todo o comércio: o próprio clero mercadejava. Daí desordem e conflitos que atrasaram sensivelmente o desenvolvimento colonial”¹³.

O retrato traçado por Prado fazia uma leitura bastante pessimista da sociedade brasileira. Mas isso não implica em dizer que fosse um pessimista. O contrário talvez esteja mais próximo da verdade. Misto de aristocrata e burguês, homem de negócios com ampla visão cosmopolita, ele inquietava-se com a ausência do espírito empreendedor. Percebia os brasileiros como um povo submisso e débil, destituído do vigor que caracterizava os povos empreendedores. Creditava parte dessa característica ao colonizador que para aqui veio carregando o sonho do retorno e a saudade da pátria:

¹¹ Cf. Paulo Prado, *op. cit.*, p.67.

¹² Cf. Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*

¹³ *Ibidem*, p. 125-143.

O português transplantado só pensava na pátria d'além mar: o Brasil era um degredo ou um purgatório. (...) Com essa mentalidade, o povoamento se fazia de ádvenas de passagem, que se consideravam vítimas da sorte ou do exílio, irritados ou estupidificados, vivendo uma vida vazia e monótona.¹⁴

A valorização do colonizador e das raízes por ele deixadas encontrou sua expressão mais conhecida na obra de Gilberto Freyre, *Casa grande e senzala*. Mas foi, sem dúvida, Oliveira Vianna que realizou o diagnóstico mais instigante, posto que, a um só tempo, procurou valorizar as raízes, a tradição e a identidade nacionais, mas, sem perder de vista que o país precisava caminhar na estrada do progresso. Ressaltava, dessa forma, o papel das elites, mas indicava a necessidade de se empreender a modernização a partir da valorização dos nossos traços culturais. Diante da singularidade da organização social brasileira, não concebia um modo de organização política, social e econômica que fosse igual àquele ocorrido na Europa Ocidental e/ou nos Estados Unidos. Oliveira Vianna preocupava-se com a integração do povo, mas não acreditava necessário que esse povo exercesse direitos políticos, na medida em que considerava essa prática incompatível com a realidade brasileira. Apostar na adoção desse modelo era inviabilizar a construção da nação, uma vez que a prática do voto representara, ao longo de nossa trajetória política, o fortalecimento do poder dos clãs.

Mesmo sendo crítico com relação ao comportamento das elites, que as levou a um descompromisso para com o todo, em momento algum Oliveira Vianna nega a importância dessas elites como agentes sociais. O Estado seria o responsável pela integração e pela construção da nação, mas executaria essa tarefa de acordo com as elites. Seria, portanto, um mediador dos interesses diversos dessas elites. O Poder Executivo seria fortalecido e dotado de instrumentos que lhe permitissem exercer o poder de decisão.

Ao longo das décadas de 1930 e 1940 – ao lado das interpretações clássicas de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., em que as temáticas da identidade e da herança ibérica se faziam presentes –, ia ganhando cada vez mais espaço no cenário intelectual e político a idéia de que o progresso deveria ser estabelecido e que competia ao Estado cuidar das diretrizes para tornar efetivo este progresso. Assim, pouco a pouco, ganhavam terreno os conceitos de modernização e desenvolvimento,

¹⁴ *Ibidem*, p.145

então compreendidos como sendo sinônimos de industrialização. Como tornar o Brasil, plural e diversificado culturalmente, um país integrado e capaz de construir uma economia forte e voltada para o mercado? Como viabilizar os processos de industrialização e urbanização e tornar essa população rural – bastante marcada por uma religiosidade mágica, que vivia atrelada aos poderes locais e sem acesso a um sistema educacional – apta para o trabalho industrial e a vida urbana? Não se tratava mais de discutir as razões do atraso, as raízes dos males ou reafirmar a identidade nacional, mas sim de constatar que o atraso econômico e social era real e que precisava ser superado.

Com fim da Segunda Guerra Mundial, a palavra de ordem passava cada vez mais a ser mudança, então entendida como produzida pelo processo de industrialização. A idéia de progresso era substituída pela de desenvolvimento e este era sinônimo de atividade industrial. Na realidade, desde a crise de 1929 que os intelectuais – não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina – foram tomados pelo afã modernizador. No dizer de Eduardo Valdez,

la crisis mundial que comenzó en 1929 fue un importante catalizador de esos afanes modernizadores y les otorgaba un desafío manifiesto: superar la miséria y la vulnerabilidad de las economías latinoamericanas. El nacionalismo fue sin duda una respuesta a ese desafío, que se enmarcó dentro del paradigma identitario existente¹⁵.

Na década de 1930, o governo de Getúlio Vargas lançou no Brasil, mediante a ação de um Estado forte, os mecanismos para implantação da indústria de base. Ao mesmo tempo, intelectuais como Azevedo Amaral faziam a defesa do programa industrial como o único capaz de conduzir o país na estrada do desenvolvimento¹⁶. Ao final dos anos de 1940, a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) representava a hegemonia desse novo paradigma, cujo conceito-chave era industrialização.

¹⁵ Eduardo Devés Valdés, *Del Ariel de Rodó a la CEPAL (1900-1950). El pensamiento latinoamericano en el siglo XX. Entre la modernización y la identidad*.

¹⁶ Azevedo Amaral, *A evolução política do Brasil*. É importante frisar que, a partir da década de 1920, o debate sobre a industrialização, presente desde os finais do século XIX, não apenas intensificou-se como também ultrapassou o terreno das idéias, inserindo-se cada vez mais no cenário político e econômico do país.

Nos domínios da política, iniciava-se o governo Vargas, que, em seus diferentes momentos à frente da chefia do Estado, como ditador ou presidente eleito, tratou de construir as bases para implantação desse parque industrial, ao mesmo tempo em que procurava, também, cuidar do controle social e sindical. Dessa forma, quando se encerra o segundo governo de Vargas (1951-1954), o Brasil já se encontrava bastante transformado. Caminhava, a passos largos, para o fim da predominância do mundo rural, ainda que a ocupação dos espaços urbanos ocorresse de modo extremamente desordenado. O país passava por um intenso processo de modernização nos planos político e econômico¹⁷.

Quando do suicídio de Vargas em 1954, o Brasil era regido por uma Constituição liberal, que valorizava o Poder Legislativo e a liberdade de imprensa. É bem verdade que as liberdades políticas se encontravam ainda bastante limitadas no tocante ao sindicalismo e as organizações de esquerda. O Partido Comunista Brasileiro, por exemplo, encontrava-se na clandestinidade desde 1948, o que não impediu, contudo, que seus militantes continuassem na cena política mediante ligações com outros partidos.

No interior deste quadro ocorreu a campanha de Juscelino Kubitschek à presidência da república. Juscelino procurou traçar os rumos de seu governo oferecendo ao país uma agenda destinada a acelerar o processo de transformação. Eleito em outubro de 1955 e empossado em janeiro de 1956, JK fez da temática do desenvolvimentismo a tônica do seu governo e da segunda metade da década de 1950. O clima de liberdade então reinante facilitava a aceitação, por parte da população, do Plano de Metas, ambicioso programa econômico e de planejamento voltado para acelerar o desenvolvimento do país.

Juscelino herdara do segundo governo Vargas um conjunto de instituições e agências voltadas à promoção do desenvolvimentismo, entre as quais o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), depois transformado em Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Petrobrás, e outros, de caráter

¹⁷ Sobre as políticas do período Juscelino, ver, por exemplo, Ricardo Maranhão, *O governo Juscelino Kubitschek*, e “O Estado e a política ‘populista’ no Brasil (1954-1964)”. In: Boris Fausto (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Ver também Maria Vitória Benevides, *O governo Kubitschek: desenvolvimentismo econômico e estabilidade política, 1956-1961*.

setorial ou regional, tais como o Banco do Nordeste e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Seguindo parte do modelo de governo testado por Vargas, JK tratou de incentivar as comissões técnicas destinadas à realização de estudos e à formulação de políticas de planejamento econômico e social. Estabelecendo a tolerância política, JK adicionou ao desenvolvimentismo a ótica do otimismo e da tolerância política. Ao longo do seu governo, cuidou de manter em alta o prestígio do Legislativo, domesticou os descontentamentos dos militares e procurou maximizar os recursos existentes no país.

Em meio a esse cenário nascia o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), iniciativa de um grupo de intelectuais, entre os quais antigos assessores da presidência durante o segundo governo Vargas, que se reuniram com a finalidade de estudar a realidade brasileira. Essas reuniões eram realizadas na cidade fluminense de Itatiaia, o que fez com que fossem conhecidos pela denominação de “Grupo de Itatiaia”. Sob a liderança de Hélio Jaguaribe, foi fundado inicialmente o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) que funcionava no escritório de Jaguaribe, na rua do Ouvidor, no centro do Rio de Janeiro. O IBESP oferecia diversos cursos sobre história, sociologia e política nacionais, ministrados no auditório do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

O ISEB foi criado posteriormente, em 14 de julho de 1955, pelo Decreto nº 37.608, que o vinculou ao MEC. O grupo de intelectuais que estava à sua frente objetivava o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais. Pretendia-se também, que os dados reunidos e as categorias aí formuladas servissem para a análise e a compreensão crítica do Brasil e pudessem contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional. A partir de 1956, o ISEB passou a ter por sede o prédio localizado na rua das Palmeiras, 55, em Botafogo, no Rio de Janeiro.

Os principais intelectuais ligados ao ISEB eram os filósofos Roland Corbusier, Michel Debrand e Álvaro Vieira Pinto, o sociólogo Guerreiro Ramos, os economistas Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida e Ewaldo Correia Lima, o historiador Nelson Werneck Sodré e os cientistas políticos Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes de Almeida. Esses intelectuais se caracterizavam por seu papel como intelectuais públicos¹⁸ e também por seguirem a marca da intelectualidade latino-americana, e brasileira em

¹⁸ Para o conceito de intelectual público, ver Russel Jacoby, *Os últimos intelectuais*.

especial, qual seja a preocupação em identificar e apontar os caminhos capazes de levarem a resolução da questão nacional. Além disso, comungavam de uma outra característica própria dos intelectuais latino-americanos: a proximidade com o poder e, por vezes, o exercício de cargos no aparelho de Estado.

Logo após sua fundação, o ISEB passou a organizar cursos destinados, principalmente, à formação da elite brasileira. Nesses cursos era oferecida uma visão ampla e geral da história do país; do ponto de vista econômico, as idéias aí apresentadas conjugavam-se com algumas propostas defendidas pela Cepal, bem como por Celso Furtado, que, apesar de não integrar os quadros do ISEB, era próximo do Instituto e de alguns de seus intelectuais. Os integrantes do ISEB viram no governo Juscelino o meio pelo qual seria possível que suas idéias fossem postas em prática. Dessa forma, a instituição funcionou como aliada do projeto desenvolvimentista implementado por Juscelino Kubitschek. O presidente prestigiou publicamente o ISEB, definindo-o como um centro de cultura, estudos e pesquisa e diferenciando-o dos demais órgãos universitários devido à sua ênfase no estudo dos problemas brasileiros. Ressalte-se, no entanto, o fato de JK não ter transformado os intelectuais do ISEB em seus assessores na orientação nem na implementação do Plano de Metas, tendo criado, para tal, o Conselho de Desenvolvimento.

Ganhando, pouco a pouco, prestígio, o ISEB começou a incomodar diversos segmentos políticos nacionais. E, na medida em que não havia consenso entre os intelectuais que o integravam, a instituição passou a ter de enfrentar uma crise interna. A publicação, em 1958, do livro de Hélio Jaguaribe, *O nacionalismo na atualidade brasileira*, no qual defendia a tese de que os investimentos estrangeiros estavam se dirigindo para a indústria, foi o estopim para essa crise, que resultou na saída de Jaguaribe. Isso ocorreu na medida em que a instituição defendia que o capital estrangeiro aliado ao setor agrário-mercantil era o principal obstáculo à industrialização brasileira.

O ISEB chegou ao ano de 1960 com seus quadros reformulados. Após a saída de Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Roberto Campos, Anísio Teixeira e Hélio Cabal também deixaram o Instituto. Privado da verba orçamentária estatal desde o final da década de 1950, ao iniciar o ano de 1961 o ISEB não dispunha de recursos para dar continuidade às suas atividades. Por conta disso, os cursos regulares que oferecia

tiveram de ser suspensos, sendo mantidos, apenas, os seminários, as conferências e os cursos extraordinários. Juscelino encerrara o seu mandato em janeiro daquele ano e Jânio Quadros, seu sucessor na presidência, não tinha interesse no ISEB.

Em 1964 a instituição foi fechada pelo governo ditatorial. O prédio do ISEB foi invadido, as instalações quebradas e sua biblioteca destruída. Instaurou-se um inquérito policial-militar (IPM) de enormes proporções, tendo sido o ISEB considerado braço de Moscou, por oferecer cursos, conferências e seminários assistidos por estudantes, professores, advogados, jornalistas etc.

Figura central no ISEB, Hélio Jaguaribe de Mattos nasceu no Rio de Janeiro, em 1923. Ingressou no curso de Direito na PUC do Rio de Janeiro, onde por influência do prof. Antonio Gallotti, catedrático de Teoria do Estado, passou a se interessar pela ciência política e tomou contato com aquele que viria a ser um autor basilar na sua formação: Ortega y Gasset. Através de Ortega, tomou conhecimento do pensamento alemão dos finais do século XIX até 1930.

A concepção nacionalista de Jaguaribe, presente desde a publicação de *O nacionalismo na atualidade brasileira*, caracteriza-se por inserir o nacional no universal. Dito de outra forma, a preocupação com o destino do país (nacional) não está dissociada de um compromisso com o universal. Nesse sentido, seus estudos a respeito do desenvolvimento político do Brasil ocorrem, em maior ou menor escala, a partir de uma perspectiva de política comparada. Tomando por base a experiência histórica de outros países, procura descobrir o que poderia ser útil ao país. Essa temática está presente, por exemplo, em *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*, publicado em 1962. Nessa obra, Jaguaribe analisa o capitalismo de Estado promovido por Gamal Abdel Nasser no Egito, bem como o socialismo desenvolvimentista, de modo a refletir sobre como essas experiências poderiam contribuir para o processo de desenvolvimento brasileiro.

No tocante ao significado do conceito de desenvolvimento, Jaguaribe o definia a partir do tempo histórico e comparativamente com outras sociedades e culturas nesse mesmo tempo. Dessa forma, em sua concepção, desenvolvimento não era um conceito estático, e seu conteúdo podia sofrer alterações de acordo com o tempo. Por outro lado, ele destacava que o diagnóstico a respeito do grau de desenvolvimento de uma sociedade só podia ser feito de modo comparativo com outras sociedades, mas dentro de

um mesmo sistema cultural. Ao longo de seus diversos livros em que discute a temática do desenvolvimentismo, Jaguaribe afirma que a comparação só pode se dar em sociedades que adotam um mesmo sistema cultural, posto que sociedades distintas culturalmente possuem também distintas concepções a respeito dos objetivos do homem e da sociedade. Assim, ele adverte sobre a impossibilidade da aplicação do que se entende por desenvolvimento no Ocidente, por exemplo, às culturas do Extremo Oriente.

O “desenvolvimento” consiste na melhor forma de utilização dos meios disponíveis numa determinada cultura e no interior de um tempo histórico, para atender as necessidades dessa sociedade em correspondência com os recursos humanos e materiais de que dispõe. O “subdesenvolvimento” ocorre, portanto, quando não se aplicam os meios disponíveis para atender às necessidades de uma determinada sociedade. Para Jaguaribe, a escassez de recursos naturais ou populacionais não justifica a vigência do subdesenvolvimento que está relacionado a uma carência de racionalidade pública. No caso das sociedades ocidentais, o “subdesenvolvimento” seria produto de uma disfunção na relação elite-massa. No caso do Brasil – assim como no de muitas outras sociedades especialmente as latino-americanas –, as elites não buscaram orientar seus interesses numa direção otimizante para o conjunto da sociedade. Além disso, seu custo de sustentação é extremamente alto para a sociedade, contribuindo, dessa forma, para privar a sociedade das condições para inversões reprodutivas, o que resulta no estancamento social.

No caso específico do Brasil – que, até 1950, era uma sociedade agrária, baseada na lavoura tropical –, as elites buscaram minimizar os custos da produção, em especial no tocante à mão-de-obra que, escrava até o final do século XIX e livre após 1888, era, contudo, mantida em níveis bastante estritos de subsistência e deseducada. Constituíam-se assim, numa mão-de-obra extremamente barata, e pouco cônica de seus direitos, o que permitia a maximização dos lucros da lavoura, uma vez que, fixados no exterior, os preços dos produtos independiam dos produtores.

Assim, o conceito de desenvolvimento sustentado por Jaguaribe desde seus primeiros escritos à época do funcionamento do ISEB buscava conjugar a constituição de um processo de industrialização capaz de diminuir o peso da economia agrária,

acompanhado por um processo educacional. Cabe destacar aqui que o ISEB contou com a participação de educadores eminentes, em especial, a figura de Paulo Freire.

Para Jaguaribe, a burguesia urbana que deveria dirigir o processo de modernização havia perdido essa possibilidade, tendo se transformado em mera e simples classe dominante. Nessas circunstâncias, havia a necessidade da intermediação feita através de uma ideologia capaz de substituir o papel que a burguesia não tinha condições de cumprir. A essa ideologia competia o papel de responder pelo coletivo da sociedade no Brasil da década de 1950.

Jaguaribe acreditava que o projeto nacional-desenvolvimentista só poderia ser realizado através de uma mobilização nacional de grandes proporções, que teria por sustentáculo a aliança de classes. Essa seria a única forma de se deter o predomínio dos grandes latifundiários e dos exportadores de matérias-primas. Em outras palavras, era fundamental gerar uma “classe média” com mentalidade industrial, além de um operariado industrial, que se colocasse em condições de deter e mesmo reduzir o peso do latifúndio mercantilista. Para que essa proposta fosse viável, acreditava ser imprescindível uma ampla mobilização nacional.

O golpe de 1964 não apenas interrompeu o ciclo do desenvolvimentismo nacionalista elaborado a partir do decênio de 1940, como também impossibilitou a expressão plural da vida intelectual. A partir de então, a sobrevivência da reflexão intelectual ficou cerceada, mas o tema da mudança, de colocar o Brasil na trilha do desenvolvimento, permaneceu. Apenas a roupagem adotada foi outra.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Antônio José de Azevedo. *A evolução política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera & MORAES, Reginaldo (org.). *Inteligência brasileira*, São Paulo: Brasiliense, 1986.

BASTOS, Tavares. *Os males do presente e as esperanças do futuro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

BASTOS, Elide Rugai, RIDENTE, Marcelo & ROLAND, Denis (org.). *Intelectuais, sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003.

- BENEVIDES, Maria Vitória Benevides. *O governo Kubitschek: desenvolvimentismo econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- BOMFIM, Manoel. *América Latina. Males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. (1ª ed. 1905).
- CAVALCANTI, Amaro. *Regime federativo e a República brasileira*. Brasília: Editora da UNB, 1982 (1ª ed. 1889).
- CELSON, Afonso. *Porque me ufano de meu país*. Rio de Janeiro, *Porque me ufano do meu país*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Laemmert & Cia Editores, 1908.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil* 4ª ed., Brasília: ed. Universidade de Brasília, ed. Universidade de Brasília, 1963.
- JACOBY, Russel. *Os últimos intelectuais*. São Paulo: Edusp, 1990.
- JAGUARIBE, Hélio. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- . *O nacionalismo na realidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.
- MARANHÃO, Ricardo. “O Estado e a política ‘populista’ no Brasil (1954-1964)”. In: FAUSTO, Boris (org.) *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1984, t.3., v.3.
- . *O governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos* 2 v. São Paulo: Editora SENAC, 1999 e 2002.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.
- PAIM, Antonio. *A filosofia da Escola do Recife*. 2ª ed. São Paulo: Convívio, 1981.
- PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 16ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. Rio de Janeiro, 1893.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*. 4ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- SANTIAGO, Silviano (org). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. “Paradigma e história: a ordem social na imaginação social brasileira”. In *Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro (1870-1965)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

VALDÉS, Eduardo Devés. *Del Ariel de Rodó a la CEPAL (1900-1950). El pensamiento latinoamericano en el siglo XX. Entre la modernización y la identidad*. Buenos Aires: Biblos, 2000.

WEFFORT, Francisco. *Formação do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 2006.